

2009 GenderCC – mulheres pela justiça climática: Apresentação ao SBSTA, Junho de 2009

GenderCC, suas organizações constituintes e membros do mundo inteiro, instam firmemente as seguintes medidas:

O processo de mudança climática das Nações Unidas deveria apoiar a proteção e o restabelecimento das florestas e ecossistemas solidários, respeitando e fortalecendo todos os direitos dos indígenas e das comunidades das florestas que até agora as têm conservado com especial apoio aos direitos tradicionais e sistemas de conhecimento das mulheres.

Preservar e restabelecer as florestas por seu valor de biodiversidade e para os meios de vida das comunidades das florestas e que dependem delas é consistente com os standards de direitos humanos internacionais e posições aceitas pela comunidade internacional.

A proteção, conservação e restabelecimento das florestas devem incorporar totalmente custódios tradicionais, incluindo mulheres, comunidades indígenas, comunidades das florestas e outros no centro da tomada de decisões e planejamento desde a base até os níveis mais altos.

A regulação deve facilitar dinamicamente os sistemas tradicionais de derruba e uso da floresta, quando eles apoiem meios de vida com baixo carbono.

Deveria disponibilizar-se um fundo das Nações Unidas não baseado no mercado e adequado para o apoio direto às comunidades indígenas e locais para levar a cabo as ações necessárias de proteção e restabelecimento.

As atividades de desenvolvimento de capacidades mutuas e treinamento devem ser financiadas com este fundo para permitir que o conhecimento indígena e tradicional seja compartilhado com capacidade científica e tecnológica moderna com devida proteção e divisão direta dos benefícios para o conhecimento tradicional e indígena, mantendo as comunidades que têm especial cuidado pela função e necessidades das mulheres.

Os esquemas REDD não devem ser uma forma de compensação do carbono e mecanismos baseados no mercado. Alguns dos esquemas REDD e iniciativa relacionada de “biochar” (biocarvão) serviriam para manter economias com alto carbono, permitindo tecnologias e economias de compensação de altas emissões. Portanto, a “poupança” projetada por REDD permitiria e promoveria a retenção e expansão de economias com muito carbono, talvez compensando esse carbono com as plantações de árvores industriais. Isso não é aceitável.

As plantações de árvores se disfarçam como florestas sob o REDD e outros Mecanismos de Desenvolvimento Limpo, estão tendo acesso às proteções legais das florestas e já estão originando violações massivas aos direitos humanos e dano aos ecossistemas, incluindo a exacerbação da mudança climática.

Grandes montantes de dinheiro transferidos através dos esquemas REDD promoveriam padrões de produção, consumo e culturais destruidores e rapidamente mudadores em sociedades tradicionais, levando a uma economia “financeirada” onde as mulheres seriam as mais excluídas, destruindo seus direitos ancestrais como mulheres indígenas, comprometendo seus meios de vida e transtornando seus sistemas de conhecimento.

O resultado seria maior deslocamento, alienação e perseguição das mulheres. A migração e o deslocamento forçam as mulheres a situações exploradoras alheias (mão de obra barata e perigosa em fábricas e minas, prostituição, trabalho doméstico, etc.) e abuso sexual e violência.

A migração e o deslocamento levam a conflito sobre recursos básicos, como por exemplo, água, fontes de alimento, acesso a terra e trabalho. As comunidades anfitriãs e migradoras, estão afetadas por conflitos e a excessiva pressão nos recursos naturais e sociais da comunidade anfitriã e as mulheres são às vezes alvos nesses conflitos.

GenderCC insta firmemente que cada proposta feita neste fórum reconheça os assuntos de direitos humanos e não danifique o meio ambiente nem as pessoas, especialmente os ecossistemas e comunidades vulneráveis.

O problema é a redução das emissões e não deve desviar-se pelo “financiamento” em esquemas de compensação e comércio de carbono.”